

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.423 - RS (2019/0201159-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MARIO FERNANDO RAMOS MARQUES
ADVOGADOS : LÚCIO FERNANDES FURTADO - RS065084
MAURO DE AZEVEDO MENEZES E OUTRO(S) - DF019241
ANDRE LUIS SOARES ABREU E OUTRO(S) - RS073190
LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE - DF046620
AGRAVADO : FUNDAÇÃO CEEE DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROCEEE
ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA - CEEE/GT
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA - CEEE-D
AGRAVADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA
PARTICIPAÇÕES - CEEE-PAR
ADVOGADOS : PRISCILA FEIJÓ MYLIUS - RS062261
RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834
WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO - RS069412A
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560
DANIEL DA SILVA CAMPOS E OUTRO(S) - RS076349
RENATA BIGARELLA ZUGNO - RS102839
LAIZA LONGARAY REIS - RS095191
JÚLIA BORDIN JOHNSON - RS086890

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PATROCINADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A negativa de prestação jurisdicional não foi configurada, pois o acórdão estadual examinou, de forma fundamentada, os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator